PROJETO DE LEI N° DE 2016 (Do Sr. Simão Sessim)

Altera o inciso I, do art.2°, e o caput do art. 52 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. – Lei de Recuperação Judicial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I, do artigo 2º e o caput do art. 52 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I – Empresa pública e sociedade de economia mista, desde que as mesmas prestem serviços essenciais ou que não explorem atividade econômica, nos termos do art.22, XXVII, e do art.173, §1°, II, todas da Constituição da República de 1988"

"Art.52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, na mesma decisão interlocutória"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em pleno século XXI, numa sociedade democrática, capitalista e republicana, não há mais espaço para a proteção descabida de agentes, pessoas jurídicas descritas no inciso I do art.2º da Lei em comento, que, sem sombra de dúvida, quando exercentes da exploração de atividades

econômicas ou de outras que não se confundem com prestação de serviços essenciais, mas, mesmo assim, não se submetem ao regime da Lei nº 11.101/2005, tendem a não se adequar aos padrões de qualidade mercadológicos e concorrer, em pé de igualdade, com os demais agentes privados do mesmo setor. A própria Constituição da República 1988, nos artigos que cita, prognostica a livre concorrência mesmo para a empresa pública e a sociedade de economia mista. Tal distorção, a presente proposta intenta eliminar, visando estimular o progresso da atividade econômica explorada no Brasil em benefício de toda a população.

Já com relação ao caput do art.52 do Diploma Legal em exame, a proposta objetiva eliminar uma controvérsia pretoriana cada vez mais crescente; qual seja, a de se saber se a norma em comento descreve ou não uma decisão interlocutória passível de ser questionada através do recurso denominado Agravo de Instrumento, nos termos do Novo Código de Processo Civil (Lei n°13.105, de 16 de março de 2015), Lei de Regência Geral. Para o bem do contraditório e a segurança jurídica depositada na Lei específica, passa expressamente a ser designado o ato judicial como sendo uma decisão interlocutória, questionável através do pertinente e previsto recurso.

Sala das sessões, em de de

2016

Deputado Simão Sessim